



1 ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS – Ao primeiro dia do mês de agosto
2 de dois mil e dezessete, às dezoito horas e trinta e dois minutos, na sala de
3 reuniões, situada à Rua: Balduino Taques, 445 – Centro. Realizou-se a décima
4 primeira reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. **Presentes os**
5 **conselheiros Titulares:** Diego Osmar Rodrigues, Fernanda Gomes da Silva,
6 Cristina Rinaldi, Débora Lee, Regina Rosa Pedrozo Rosa, Maria Alina Lurdes
7 Oliveira, Leandro Soares Machado, Paulo Saincler Heusi, José Timóteo
8 Vasconcellos Sobrinho, Inês Rosemari Safraide, Sueli Terezinha Mensen e Ana
9 Maria Bourguignon de Lima. **Presentes Conselheiros Suplentes:** Pinto e Luiz
10 Carlos de Oliveira. O Presidente José Timóteo Vasconcellos Sobrinho assume os
11 trabalhos e procede a abertura da reunião, cumprimentando a todos os presentes.
12 **PAUTA: 1. Leitura e Aprovação da 10ª Ata da reunião Ordinária. 2. Relato**
13 **Geral. 2.1. Relato das Comissões. 3. Informes Gerais: 4. Ordem do Dia. 4.1.**
14 **Formação da Comissão Temporária para realização para a realização do**
15 **Seminário do Controle Social. 4.2. Apresentação da Ouvidoria sobre o**
16 **levantamento realizado no primeiro quadrimestre de 2017. 4.3. Apresentação**
17 **da Ampliação da capacidade operacional de funcionamento da UPA. 4.4.**
18 **Apresentação da utilização do saldo remanescente da Farmácia Popular –**
19 **Projeto de Aplicação Financeira.** O presidente José Timóteo Vasconcellos
20 Sobrinho, coloca para aprovação a **inversão dos itens 4.2. e 4.4..** Aprovado a
21 inversão da pauta. **1. Leitura e Aprovação da 10ª Ata da Reunião Ordinária.** Ata
22 aprovada. **2. Relato Geral.** A conselheira Débora Lee fala que gostaria de ser
23 comunicada pessoalmente quando se referissem ao Grupo Renascer e
24 principalmente a minha pessoa enquanto conselheira; diz que assumiu está
25 cadeira através de votação. **1. Relato das Comissões.** O presidente José Timóteo
26 Vasconcellos Sobrinho explana a sua preocupação com a Comissão de
27 Orçamento, Programas e Projetos, porque não está alcançando quórum. Diz que
28 não quer ofender ninguém mais tem que cobrar, porque há uma responsabilidade
29 muito grande dessa Comissão sendo todos co-responsáveis. Pede aos
30 conselheiros que não puderem participar desta comissão comuniquem seus
31 suplentes para que eles possam participar das reuniões da Comissão. **3. Informes**
32 **Gerais:** O 2º secretário Diego Osmar Rodrigues diz que gostaria de registrar este
33 passamento triste e os nossos sentimentos pelo falecimento da mãe do
34 conselheiro Jefferson Leandro Gomes Palhão. A 1ª secretária Maria Alina Lurdes
35 Oliveira informa que tem um compromisso e precisa se ausentar da reunião as
36 19h00min. O presidente José Timóteo Vasconcellos Sobrinho comunica que
37 gostaria de registrar que a Mesa Diretora, foi preencher o site do SARGSUS e não
38 conseguiu, pois o programa indicava que já tinha sido preenchido, portanto a Mesa
39 Diretora não teve acesso para realizar o preenchimento em reunião da mesa
40 diretora. A convidada Alexandra Luise Lopes explana que depois da aprovação do
41 Relatório Anual de Gestão (RAG), foi preenchido no site o Relatório do SARGSUS
42 pela conselheira Fábila Cristine Rocha na Prefeitura Municipal de Ponta Grossa,
43 porque ela tem a senha. Diz que a SMS não pode entrar é só conselheiro



44 cadastrado e que tenha senha. O 2º secretário Diego Osmar Rodrigues explica o
45 que o presidente José Timóteo colocou é que no sistema de informação onde se
46 coloca as informações do andamento dos processos da avaliação do RAG dentro
47 do CMS. Como a vice-presidente Fábيا Cristina Rocha não está presente na
48 reunião não podemos falar dela por ter feito o preenchimento sem comunicar a
49 Mesa Diretora do CMS. Diz que o problema maior foi à falta de comunicação tendo
50 dois representantes da SMS participantes deste conselho. A 1ª secretária Maria
51 Alina Lurdes Oliveira lê o convite do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa
52 Idosa e a Secretaria de Assistência Social de Ponta Grossa têm a honra de
53 Convidar V. Sª para participar da III Conferência Municipal de Direitos da Pessoa
54 Idosa a realizar-se no dia 03 de agosto de 2017, no auditório da Reitoria da UEPG,
55 campus central a partir das 13h00min. **4.1. Formação da Comissão Temporária
56 para realização para a realização do Seminário do Controle Social.** O 2º
57 secretário Diego Osmar Rodrigues explica referente ao recurso do Incentivo do
58 Programa Estadual de Qualificação dos Conselhos Municipais; nós aprovamos o
59 projeto básico referente ao seminário. Diz que a Mesa Diretora teve a idéia de
60 montar uma comissão temporária para definir como será o evento; porque a verba
61 tem que ser utilizada até 31 de agosto, inclusive sendo responsabilidade deste
62 conselho a sua utilização. Diz que o seminário é para trezentas pessoas e é um
63 evento que precisamos ter publico, pra isso precisamos fazer uma boa divulgação
64 do seminário. A reunião da comissão temporária para o evento vai ser nas terças
65 feiras e gostaria de marcar para dia 08 de agosto a primeira reunião. Formação da
66 comissão temporária para o evento: José Timóteo Vasconcellos Sobrinho, Maria
67 Alina Lurdes Oliveira, Diego Osmar Rodrigues, Regina Rosa Pedrozo Rosa,
68 Débora Lee, Ana Maria Bourguignon de Lima, Leandro Soares Machado e Sueli
69 Terezinha Mensen. **4.2. Apresentação da utilização do saldo remanescente da
70 Farmácia Popular – Projeto de Aplicação Financeira.** O Secretário Adjunto de
71 Gestão em Saúde Sr. Robson Xavier da Silva explica que há dois meses
72 estiveram no CMS apresentando o fechamento da farmácia popular que já era
73 uma norma do Ministério da Saúde, não só em Ponta Grossa, mas em todos os
74 municípios o Ministério da Saúde transferia regularmente recursos para
75 manutenção e custeio dessas farmácias e todos os municípios em boa medida
76 apresentavam um saldo, um recurso que era oriundo dessas transferências mas
77 que ao longo do tempo teve esse saldo e aí o Ministério da Saúde encaminhou
78 para todos os municípios, ofício. Fizemos questão de apresentar para vocês o
79 ofício falando a respeito do Ministério da Saúde autorizando a fechar e informando
80 que os municípios tinham trinta dias para fazer a prestação de contas deste saldo
81 remanescentes ou tínhamos que encaminhar um relatório de prestação de contas
82 ao Ministério da Saúde, mas ele deu a opção aos municípios pra que pudessem
83 também apresentar a proposta de utilização desse saldo remanescente e os
84 prazos estavam bem apertados, vamos deixar uma cópia para o CMS. Dentro da
85 legislação da assistência farmacêutica a possibilidade de utilizarmos este recurso,
86 como o prazo estava extrapolado (recebido em 07 de julho), começaram uma



87 discussão onde iríamos utilizar os recursos. Fomos para Brasília participar de um
88 congresso, e aproveitamos para protocolamos o documento no Ministério da
89 Saúde, pedido de dilatação deste prazo. Porque a normativa do Ministério da
90 Saúde dizia que para a utilização do saldo remanescente nós tínhamos que
91 submeter e passar pelo CMS para aprovação deste projeto. Recebemos a
92 resposta dia 20 de julho falando a respeito da prorrogação do prazo, na justificativa
93 dessa forma considerando a justificativa e a necessidade da aprovação desse
94 projeto pelo CMS, a coordenação de farmácia popular prorroga o prazo para envio
95 do projeto até 30 de agosto. Diz que até 30 de agosto tem que protocolar este
96 projeto no Ministério da Saúde. Diz que tem de apresentar o Relatório Trimestral
97 do programa e com saldo remanescente, segundo trimestre de 2017, abril, maio e
98 junho embora nós tivéssemos já fechado a farmácia, temos que apresentar este
99 relatório ao Ministério da Saúde o saldo que nós temos; saldo de R\$ 220.207,00 (
100 duzentos e vinte mil, duzentos e sete reais) estes recursos podem ser utilizados
101 em custeios. Foi feito uma reunião com a assistência farmacêutica e a gestão,
102 quais serão as linhas prioritárias para a utilização desse recurso. Foi definido que
103 o Plano de Aplicação do *Superávit vai ser utilizado R\$ 112.000,00 (cento e doze*
104 *mil reais) na reforma da CAF (Central da Assistência Farmacêutica). R\$ 50. 000,00*
105 *(cinquenta mil reais) em cursos e eventos e \$ 60. 000,00 (sessenta mil reais) em*
106 *capacitação profissional. Diz que na CAF armazenam medicamentos*
107 *convencionais que são disponibilizados nas unidades de saúde, também é*
108 *armazenado psicotrópicos, insulinas que são medicamentos que requerem um*
109 *ambiente adequado na qualidade destes medicamentos, precisamos estar*
110 *adequados a legislação vigente, solicitamos uma análise da vigilância para ver*
111 *quais eram as não conformidades que tínhamos para colocar a CAF dentro do*
112 *padrão conforme preconiza a legislação. Diz que farão parte do consorcio de*
113 *medicamentos do Paraná e tem que melhorar as condições de armazenamento e*
114 *garantido as qualidades dos medicamentos. Considerando uma constante*
115 *capacitação dos profissionais tem se discutido para melhorar a assistência*
116 *farmacêutica não só na atenção básica, nos demais níveis, estamos nos*
117 *organizando para mandar os nossos profissionais participarem desses eventos. O*
118 presidente José Timóteo Vasconcellos Sobrinho encaminha para a Comissão de
119 Orçamento, Programas e Projetos. O conselheiro Leandro Soares machado fala
120 da participação dos farmacêuticos na capacitação nos eventos, diz que ficou em
121 dúvida se o evento é particular ou entrariam com o deslocamento da viagem. A Sr^a
122 Maria Aparecida diz que é um evento pago. O conselheiro Leandro Soares fala
123 que seria interessante se estes profissionais farmacêuticos depois do congresso
124 viessem no CMS para informar referente às atualizações. A conselheira Ana Maria
125 Bourguignon fala que já viu alguns trabalhos dos acadêmicos falando da falta de
126 infra estrutura nas unidades de saúde para o armazenamento dos medicamentos;
127 porque precisaria de um ambiente adequado para o armazenamento dos
128 medicamentos, ficou pensando se este custeio não poderia ser utilizado para
129 investimento nas unidades de saúde que talvez não estejam totalmente



130 adequadas. A Sr. Maria Aparecida diz que a parte da estrutura das unidades de
131 saúde, todas as reformas que tiveram as unidades de saúde as farmácias já
132 estão contempladas, diz que a única unidade de saúde que a farmácia é muito
133 pequena é a do Abraão Federman. **4.3. Apresentação da Ampliação da**
134 **capacidade operacional de funcionamento da UPA.** A Coordenadora de
135 Projetos da SMS, Alexandra Luise Lopes explica que veio apresentar uma nova
136 solicitação ao CMS de ampliar o porte da UPA. Diz que foi inaugurada no dia 03
137 de setembro de 2014 e nos quatro primeiros meses teve vinte e nove mil
138 atendimentos, teve apresentação pelo Ministério da Saúde no dia 26 de maio de
139 2015 e nesse ano de 2015 teve 127.673 (cento e vinte e sete mil, seiscentos e
140 setenta e três) atendimentos. No dia 17 de outubro de 2016 nós tivemos a
141 qualificação da UPA. Quando inaugura a visita da profissional da saúde passa por
142 um período de habilitação. O que ela vem fazer no município? Vem fazer uma
143 visita técnica pra ver todos os requisitos que falam na portaria se foram cumpridos.
144 A partir desse período de habilitação sai uma portaria que se recebe um valor X,
145 até fazer a qualificação desta unidade. Novamente vem fazer uma visita pra ver se
146 foi feito a adequação do que ela solicitou ou se simplesmente qualifica a UPA e
147 começa a receber um novo valor. Tem dois tipos de valor quando ela é Habilitada
148 e quando é Qualificada. No começo deste ano o Ministério da Saúde publicou uma
149 nova portaria redefinindo os novos tipos de UPA, antigamente só tinha a portaria
150 342 de 2013, só poderia ser construída em três tipos de forma: um, dois e três, no
151 caso de Ponta Grossa está qualificado como UPA tipo Dois. A partir desta nova
152 portaria GM/MS nº 10/2017 que foi publicada no começo do ano, no artigo 23,
153 repassar o valor de custeio da UPA 24 horas conforme a capacidade operacional
154 do funcionamento declarado no termo de compromisso. O que é a capacidade
155 operacional dentro da portaria: é o número de médicos que tem por turno. Porte
156 tipo oito: cinco médicos de dia e quatro médicos à noite. Hoje recebemos R\$
157 300.000,00 (trezentos mil), sendo R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil) de
158 Habilitação e R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil) de Qualificação. Queremos
159 aumentar este tipo de porte para que possamos receber o reforço condizente com
160 o tipo que estamos trabalhando hoje que é o tipo oito; que seria R\$ 250.000,00
161 (duzentos e cinquenta mil) de Habilitação e R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta
162 mil) de Qualificação. Como fala no artigo 23, um dos documentos que tem que
163 encaminhar é o termo de compromisso com quantos profissionais está
164 funcionando, e que o Conselho confirme este termo de funcionamento que é o tipo
165 que estamos encaminhando. Diz que um documento padrão Ministério da Saúde
166 já vem com o texto pré definido, fala que conforme a vigência do dia 24, 25 e 27 da
167 portaria GM/MS nº 10/2017 do Ministério da Saúde assume compromisso do
168 funcionamento da UPA Santa Paula, opção de custeio oito (8) com o número de
169 nove profissionais (5 diurno e 4 noturno) funcionando vinte e quatro horas, foi
170 assinada pelo prefeito e pelo secretário. O que venho solicitar para vocês é que eu
171 possa receber esta nova opção. A conselheira Sueli Terezinha Mensen fala que a
172 sua dúvida é se estão fazendo reunião e chamando membros do CMS, porque não



173 sabemos. Se tiver alguém do CMS, não apresentou relatório. O Sr. Robson Xavier
174 da Silva diz que é coordenador da comissão de acompanhamento da UPA e
175 mensalmente fazem as reuniões e é encaminhado convite para o CMS, lembrando
176 que tem que ter participação dos membros do Conselho. O presidente José
177 Timóteo Vasconcellos Sobrinho coloca em votação o termo de compromisso de
178 validação referente a UPA tipo oito (8). Aprovado por unanimidade dos presentes.
179 **4.2. Apresentação da Ouvidoria sobre o levantamento realizado no primeiro**
180 **quadrimestre de 2017.** A ouvidora da SMS, Sr^a Daniele de Antoni Calixto Strack
181 explana que trouxe as informações do 1º quadrimestre de 2017, na mesma rotina
182 trazendo a corporação dos anos anteriores. A evolução da ouvidoria de 2013 á
183 2017. Manifestações: identificadas, sigilosas, anônimas. Forma de contato:
184 pessoal, telefone, carta e email e ouvidoria itinerante. Natureza da Comunicação:
185 denúncias, reclamações, sugestões, informações, elogios. Tipificação da
186 Manifestação: gestão, assistência farmacêutica, vigilância sanitária, vigilância a
187 saúde. Orientações: referentes à priorização de atendimentos em razão da demora
188 na realização de consulta com especialidades, acesso as filas de espera de
189 especialistas, orientações sobre diárias de TFD, orientações sobre locais para
190 aquisições de medicamentos, alimentação enteral, fraldas geriátricas, camas
191 hospitalares, vales transportes e encaminhamentos para a Assistência Social.
192 Principais problemas de gestão. Elogios, manifestações. Assistência a Saúde:
193 manifestações referentes aos atendimentos de saúde, solicitações de visitas
194 domiciliares, exames laboratoriais, fraldas e alimentação enteral. Manifestações de
195 consultas médicas nas Unidades e hospitais, filas de espera para: cirurgias,
196 exames, especialistas onde se destacam as principais manifestações:
197 oftalmologia, neurologia, Dermatologia, otorrino, cirurgia geral, Cardiologia,
198 endocrino e cirurgia ginecológica, fonoaudiólogo, ortopedia, vascular, urologia. Na
199 área de exames foram diagnosticadas manifestações referentes aos exames de
200 colonoscopia, tomografia, ressonância magnética, ultrassom. Capacitações: além
201 dos serviços informados, a Ouvidoria também realizou 113 capacitações sobre a
202 Importância do Papel da Ouvidoria como ferramenta de gestão no Sistema Único
203 de Saúde. Sindicâncias: membro de sete sindicâncias. Ouvidorias Itinerantes:
204 realizada 45 Ouvidorias itinerantes. O presidente José Timóteo Vasconcellos
205 Sobrinho encerra a reunião às 20h20min.